

LITERATURA BRASILEIRA E HISTÓRIA NACIONAL: UM DIÁLOGO-AMALGAMADO E ININTERRUPTO

**Brazilian Literature and National History: dialogue-amalgamated
and uninterrupted**

Literatura Brasileña y Historia Nacional: un diálogo

Éverton Abreu Neves¹
Pollyana Martins Teixeira²

Resumo: Trata-se de especificar o efetivo diálogo entre literatura brasileira e história nacional e evidenciar a colaboração mútua na interlocução das especificidades dessas áreas de conhecimento. Amparou-se pelas concepções Mimese e Nova História Cultural para destacar e analisar os recortes históricos presentes nas obras *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, e *Feliz ano velho*, de Marcelo Rubens Paiva, contextualizadas, respectivamente, nos períodos históricos da Primeira República e ditadura militar. Conclui-se que, articuladas, a literatura redimensiona a realidade e a história dilata a compreensão dos fatos, originando, assim, um espontâneo e profícuo diálogo interdisciplinar.

Palavras-chave: Ditadura Militar. História. Literatura. Primeira República.

Abstract: It is to specify the effective dialogue between Brazilian literature and national history and show mutual collaboration in the dialogue of the specifics of these knowledge areas. If caught her by Mimesis conceptions and New Cultural History to highlight and analyze the historical clippings in the works *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto and *Feliz Ano Velho*, Marcelo Rubens Paiva, contextualized, respectively, in the historical periods of the First Republic and military dictatorship. In conclusion, articulated, literature resizes the reality and the story expands the understanding of the facts, giving therefore a spontaneous and fruitful interdisciplinary dialogue.

Keywords: Military Dictatorship. History. Literature. First Republic.

Resumen: Investigación sobre el diálogo efectivo entre la literatura brasileña y la historia nacional con el fin de resaltar la colaboración mutua en un diálogo de las características específicas de estas áreas de conocimiento. Con base en las concepciones de mimesis y las de la Nueva Historia Cultural tratamos de resaltar y analizar los recortes históricos en la obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*,

1 Centro Universitário São Camilo.

2 Centro Universitário São Camilo.

de Lima Barreto y *Feliz Ano Velho*, de Marcelo Rubens Paiva, contextualizadas, respectivamente, en los períodos históricos de la Primera República y la Dictadura Militar no Brasil. En conclusión, la literatura presenta la realidad desde una nueva perspectiva y a la historia se expande la comprensión de los hechos, originando, así, un diálogo interdisciplinario espontáneo y fructífero.

Palabras clave: Dictadura Militar. Historia. Literatura. Primera República.

INTRODUÇÃO

As obras literárias ultrapassam a peculiaridade ficcional, fruto do imaginário humano. Configuram-se, pois, fontes plurissignificativas de conhecimento e terrenos fecundos para impressões humanas. Porquanto, o homem, ser histórico/cultural que cumpre um papel social na história da humanidade, reflete, em sua escrita literária, as influências recebidas e geradas pelo meio em que vive.

Concebendo a História como a ciência investigativa que se ocupa da interpretação dos fatos sociais e que desvenda o passado para compreender o presente, denota-se que essa disciplina objetiva alcançar a realidade e, para fazê-lo, deve utilizar-se de todos os artifícios para aproximar-se da verdade e “[...] recusar a história superficial e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos e investe tudo num fator”. (LE GOFF, 1993, p. 31). Ou seja, mais do que reconhecer os fatos, é preciso deslocá-los para diversas fontes para que se alcance a coerência, a verdade.

Partindo desses pressupostos, este artigo tem por finalidade demonstrar o diálogo existente entre literatura brasileira e história nacional. Pretende-se constatar que há uma interlocução nas especificidades dessas disciplinas, visto que o enredo literário, muitas vezes, emerge de um contexto histórico, uma vez que sua criação provém de um ser histórico/cultural, originando-se, pois, em uma produção imbuída de sentidos e com reflexos da realidade. A história, por sua vez, na tentativa de elucidar a coerência dos

fatos sob o estatuto da verdade, reconhece as obras literárias como fonte de pesquisa, como objeto de estudo, como uma possibilidade de interpretação plurilateral da realidade.

Mediante pesquisas bibliográficas, buscou-se explicar um breve conceito acerca de Literatura e História, especificamente no que se refere a concepções da Mimese e Nova História Cultural. Esses pressupostos teóricos orientaram toda a análise das obras *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, e *Feliz aniversário* foram contempladas por assinalar significativos recortes históricos a respeito dos períodos da Primeira República e da ditadura militar, capazes de traçar, de maneira despretensiosa, mas espontânea e verossímil, panoramas dos contextos sociais referentes a esses períodos históricos.

Nessa perspectiva, tratar-se-á dos meandros interacionais entre essas disciplinas, demonstrando, por meio das obras selecionadas como objeto de estudo, o efetivo diálogo entre literatura brasileira e história nacional e suas contribuições mútuas.

BALIZADORES TEÓRICOS

A relação entre Literatura e História nem sempre foi reconhecida e aproveitada. No passado, ao terem suas aptidões e contribuições reconhecidas pela humanidade, ambas consolidaram-se e ganharam independência. Tiveram, portanto, de ser compreendidas isoladamente, tanto que, nos currículos escolares, são disciplinas distintas. Assim, instituiu-se “[...] a noção de que

literatura e história são campos distintos, indicando que, enquanto um ficcionaliza o real, o outro o estabelece”. (MENDONÇA; ALVES, 2009, p. 6). Desconsideraram-se, pois, as contribuições recíprocas entre ambas.

A oposição estabelecida entre essas disciplinas delimitou a dimensão do discurso literário, qualificando-o somente por seus atributos estéticos. Desperdiçou-se, assim, sua potencialidade de verossimilhança e sugestiva visão crítica da realidade, pois, como afirma Mendonça e Alves:

[...] é inegável que, através dos textos artísticos, a imaginação produz imagens, e o leitor, no momento em que, pelo ato de ler, recupera tais imagens, encontra uma outra forma de ler os acontecimentos constitutivos da realidade que motiva a arte literária. (MENDONÇA; ALVES, 2009, p. 3)

A História, por sua vez, ficou restrita à esterilidade documental, incumbindo-se de desvendar a ‘verdade’ por meio de fontes objetivas – e truncadas, diga-se de passagem – para estabelecer uma historiografia absoluta, engessada e, por isso, vulnerável a equívocos. Em contrapartida, no fim do século XX, quando “[...] a crença na realidade do fato histórico estava se desfazendo, a materialidade e objetividade começavam a ser questionadas [...]” (SINHORI; GOMES, 2010, p. 85). A prática de uma investigação histórica mais abrangente ganha força. Assim, o texto literário passa a ser agregado como uma fonte documental a ser cruzada com documentos oficiais.

Partindo desses pressupostos, buscou-se explicar as especificidades das duas disciplinas sob os parâmetros de correntes teóricas convergentes e propícias à conversação entre Literatura e História. Para tanto, foram adotadas como balizas as teorias da Mimese e Nova História Cultural.

1.1 TEORIA LITERÁRIA: MIMESE E REFLEXÃO DA REALIDADE

A Literatura, arte da palavra, não tem uma conceituação objetiva e exata que possa defini-la, haja vista seu caráter plurissignificativo e multifacetado. Embora seja repleta de subjetividade, apresenta marcas históricas que revelam ou o momento em que seu autor vive, ou o momento no qual se contextualiza seu enredo. Essa conjectura encontra respaldo na mimese, teoria que, segundo Samuel, pode ser assim definida:

Mimese, termo aristotélico, significa ‘imitação’. A mimese literária faz uma ‘desrealização’ - o poeta parte, quebra, fatura a realidade para poder recriá-la, utopicamente, com isso ‘desmascarando’ a realidade, que se encontra alienada. A mimese diz da capacidade de fazer o mundo aparecer no texto, não o mundo das aparências naturalizadas, mas a procura da essência do mundo. (SAMUEL, 2011, p. 9).

Depreende-se, por meio desse pressuposto, que a teoria mimética preza pelo contexto como suporte da criação literária. Convergente com essa afirmação, Gomes e Vechi explicitam:

Quem dá sentido e coerência ao Contexto, em termos de Arte, é o artista. Debruçando-se sobre o Cosmo, sob o influxo da cultura de sua época e de suas experiências individuais, capta aspectos do universo e os organiza, através de formas simbólicas. (GOMES; VECHI, 1991, p. 1).

Os autores supracitados apontam que, nessa perspectiva, o contexto é concebido como o cosmo, ou seja, o todo no qual os indivíduos estão inseridos e que exerce influência sobre eles. Ressalta-se, não

obstante, que a literatura não se encerra na mera reprodução do real, uma vez que, dessa forma, lardearia a contingência de rescindir sua peculiaridade fundamental, que é seu marcador estético e ficcional.

Destarte, a literatura se utiliza da realidade para desrealizá-la por meio de sua autenticidade estética, cuja forma e conteúdo cambiam nos limites da realidade e da ficção, potencializando, assim, as percepções contidas no enredo. Sob esse prisma, Mendonça e Alves completam afirmando que;

[...] a literatura é, além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural, portanto, uma possibilidade de registro do movimento que realiza o homem na sua historicidade, seus anseios e suas visões do mundo. (MENDONÇA; ALVES, 2009, p. 3)

Consoante a isso, Samuel (1985, p. 43) declara que

[...] todo autor está emaranhado, em seu fazer poético, numa rede de linhas de relações que independem dele e que influirão decisivamente no tecer a sua obra.

Nesse caso, o processo literário é fomentado e alimentado pela história, ou seja, a literatura toma por matéria-prima a historicidade humana – que compreende, dentre outras condutas, a abstração do cotidiano do indivíduo, ou seja, a realidade na qual ele está situado. Entende-se, desse modo, que as obras literárias configuram-se em terrenos férteis às assimilações do real, sem o risco de essas eminências serem eclipsadas pelos atributos estéticos investidos nos textos.

[...] o estudo da função histórico-literária de uma obra só adquire pleno significado quando referido intimamente à sua

estrutura, superando-se deste modo o hiato frequentemente aberto entre a investigação histórica e as orientações estéticas. (CANDIDO, 1967, p. 219)

Há que se reconhecer, sobretudo, a evidente interdisciplinaridade entre História e Literatura, uma vez que esta se serve da história como temática e aquela encontra na literatura evidências que lhe possibilitam ter um sentido global acerca dos fatos e momentos históricos. Em outras palavras, as duas utilizam-se, basicamente, da mesma fonte. Por isso, comungam de ideias que dialogam reciprocamente.

1.2 TEORIA HISTÓRICA: NOVA HISTÓRIA CULTURAL E AMPLITUDE INVESTIGATIVA

A história, ciência que estuda as ações do homem no tempo, baliza-se por concepções narrativas, pragmáticas e científicas para alcançar explicações coerentes com os fatos. Segundo Cardoso e Vainfas (1997, p. 3), essa disciplina compreende dois paradigmas polares: iluminista e pós-moderno. O primeiro define-se por “[...] uma história científica e racional e portanto convencido da existência de uma realidade social global a ser historicamente explicada”. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 441). O segundo estabelece-se “[...] cético em relação a explicações globalizantes e tendente a enfatizar [...] as representações construídas historicamente”. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 44). Ressalta-se que os respectivos paradigmas demarcaram suas metodologias sob o ponto de vista de seus objetivos. Sendo assim, reconhece-se que o paradigma iluminista delimita, em suma,

[...] uma história somente preocupada com os fatos singulares, sobretudo com os

de natureza política, diplomática e militar. [...] uma história que, pretendendo-se científica, tomava como critério de cientificidade a verdade dos fatos, à qual se poderia chegar mediante a análise de documentos verdadeiros e autênticos (ficando os ‘mentirosos’ e falsos à margem da pesquisa histórica) [...]. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 130).

A respeito dos documentos mentirosos e falsos, leia-se por eles os documentos que, não provenientes de fontes oficiais, isto é, “[...] relativos a grupos restritos e socialmente hierarquizados de poder” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 15), não eram submetidos à análise investigativa. Embora essa concepção apresente um caráter hegemônico, há que se reconhecer quão relevantes foram suas contribuições para a prática investigativa e a consolidação da história.

No que concerne ao paradigma pós-moderno, nota-se o propósito de suplantar temáticas, métodos e objetos do fazer histórico, baseando-se no diagnóstico que reconheceu como exígua a investigação histórica alienada ao factual. Mais do que explicar os fatos, percebeu-se a necessidade de suscitar as motivações, ou seja, o que estava por trás deles, por meio de uma averiguação abrangente, capaz de transpor a superfície e, assim, abarcar as ramificações desses fatos. Essa perspectiva metodológica instrumentalizou-se na corrente de pensamento proposta pela Escola dos Anales, fundada e difundida por Bloch e Febvre. Como afirmam Cardoso e Vainfas (1997, p. 130), “Animava os fundadores dos Anales a perspectiva de construir uma história interdisciplinar [...]”.

Combatiam [...] uma história que se furtava ao diálogo com as demais ciências humanas, a antropologia, a psicologia, a linguística, a geografia, e a economia e, sobretudo, a sociologia [...]. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 130).

Propunha, nessa perspectiva, uma requalificação do fazer histórico, sobretudo uma interdisciplinaridade com os demais campos do saber que pudesse, de alguma forma, contribuir qualitativamente para a investigação e a elucidação dos fatos.

A partir do século XX, então, a história inicia um processo de transformação metodológica, o que expandiu seu horizonte investigativo, dando credibilidade a diversas fontes de pesquisa, entre as quais a literatura merece destaque, porque oferece múltiplas percepções acerca dos fatos, atentando-se para os pormenores. Buscou-se, “[...] antes de tudo, tirar a história do marasmo da rotina, em primeiro lugar de seu confinamento em barreiras estritamente disciplinares [...]” (LE GOFF, 1993, p. 29), tendo como escopo a compreensão holística, meticulosa e dinâmica da história.

Daí a necessidade de desenvolver os métodos de uma história a partir de textos até então desprezados – textos literários ou de arquivos, que atestam humildes realidades cotidianas [...]. (LE GOFF, 1988, p. 47).

O supracitado autor ainda propõe como essa amplitude investigativa deve se consolidar no progresso da história:

[...] deve se realizar, antes de mais nada, pela consideração de todos os documentos legados pelas sociedades: o documento literário e o documento artístico, especialmente, devem ser integrados em sua explicação, sem que a especificidade desses documentos e dos desígnios humanos de que são produto seja desconhecida. (LE GOFF, 1993, p. 55).

Essa transformação da história dilatou as possibilidades de compreensão da realidade. Segundo Sinhori e Gomes:

Nesse ínterim surge a chamada Nova História Cultural, que basicamente pensa a realidade, além de empírica, simbólica; realidade que concentra em seu cerne as várias formas de representações dos grupos humanos, sejam elas sociais, culturais, artísticas, políticas ou de signos, com a percepção de que essas representações dão sentido ao que chamamos de realidade. (SINHORI; GOMES, 2010, p. 85).

Entende-se, dessa forma, que os pontos antagônicos entre os paradigmas da história tradicional e da nova história podem ser percebidos em seus objetivos. Assinala-se que a história tradicional objetiva, grosso modo, uma explicação unilateral para os fatos, enquanto a nova história contempla a visão plurilateral dos acontecimentos.

Destarte, observa-se que esse avanço metodológico que atingiu o que hoje é tratado como Nova História Cultural proporcionou um deslocamento dos fatos para diversas fontes. Por meio dessa mobilidade em diversos campos de conhecimento, foi possível aprimorar a investigação histórica. Rumou-se, assim, para uma espécie de investigação panorâmica, cujas explicações apontam para interpretações dos fatos sob diversos ângulos, de maneira repleta, não uniforme.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E O FLUENTE DIÁLOGO

Ao analisar as especificidades que compõem esse intercâmbio histórico/literário, depreende-se que a literatura – que faz uso da palavra como matéria-prima – instrumentaliza, por meio do discurso, percepções e abstrações individuais ou coletivas do contexto social. Para isso, recolhe seu material de outros campos, como, por exemplo, o histórico, configurando-os artisticamente. A História, por sua vez,

ao examinar obras e movimentos literários como substrato de problematização dos fatos, vasculha e filtra a influência histórica contida nessa captação multifacetada da realidade materializada em palavras, que é a literatura.

Nem reflexo, nem determinação, nem autonomia: estabelece-se entre os dois campos (da história e da literatura) uma relação tensa de intercâmbio, mas também de confrontação. A partir dessa perspectiva, a criação literária revela todo o seu potencial como documento, não apenas pela análise das referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção. (SEVCENKO, 1985, p. 246).

Considerando a autenticidade das duas disciplinas sob os parâmetros das teorias Mimese e Nova História Cultural, debruçou-se sobre as obras selecionadas como objeto de estudo para organizar as eminências históricas que, espontaneamente, encontram-se materializadas e redimensionadas no discurso literário, para exemplificar a proficuidade da interlocução entre literatura e história.

2.1 PRIMEIRA REPÚBLICA EM TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA

A obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, foi selecionada para que, por meio dela, pudessem ser identificadas as evidências históricas a respeito da Primeira República do Brasil, no período liderado por Floriano Peixoto. Proclamada por Marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889, a

República foi um marco na história do país. Datando a transição do sistema político monárquico para o republicano, esse período acentuou alguns questionamentos acerca dos poderes instituídos, o que, na obra, contrasta-se com o nacionalismo do protagonista, Policarpo Quaresma.

Segundo Sena:

O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* é uma re-visão da própria nacionalidade brasileira, projeto perceptível quando focalizamos a moldura discursiva do romance, que, longe de reiterar simplesmente o ufanismo de Policarpo Quaresma, procura questioná-lo. (SENA, 2012, p. 64).

No século XIX, o mundo passou por várias mudanças: a ciência médica obteve novos avanços e cura para algumas doenças como a *trypanosoma cruzi* (doença de chagas); a criação de novos meios de transportes: ferrovias, carros movidos à gasolina; a fotografia; o telefone; o telégrafo; o fonógrafo. Essas e outras novidades foram resultado dos tempos modernos.

Com o progresso, o homem passa a ter novos ideais. No Brasil, por exemplo, os produtores de café e de leite ficam insatisfeitos com a Coroa após a Abolição da Escravatura e começam a idealizar a República. Isso se deu, porque o Império já não conseguia obter a mesma aceitação que tinha antes da Lei Áurea. Apertou-se, então, o cerco contra os monarcas, aproveitando-se do debilitado estado de saúde do Imperador. A família real foi coagida. Enquanto isso, Deodoro da Fonseca proclama e instaura uma nova forma governamental que, em suma, só traz benefícios aos burgueses e militares. Os pobres que não participam de nada no processo – nem dos protestos e nem das participações lucrativas – assistem a tudo de longe, tendo a ideia de que permaneceriam subjugados ao mando.

O Marechal Floriano Peixoto assume o poder após o curto tempo em que Fonseca governou, e sua posse ocasiona nos deodoristas uma grande insatisfação. Nesse período, Floriano Peixoto enfrenta em sua presidência algumas revoluções – como a Revolução Federalista, no sul do país – e revoltas, como a Revolta da Armada. Porque enfrentou com êxito esses contratemplos, “Floriano passaria à história como Marechal de Ferro, [...] entre 23 de Novembro (SIC) de 1890 tem que governou o Brasil.

A República Velha – que teve início em 1889 e foi até a Era Vargas, em 1930 – era um governo instável: muitos governantes passaram pelo poder. A única estabilidade e predominância que existia era o totalitarismo. Segundo Ferreira e Delgado:

A denominação de República oligárquica, frequentemente atribuída aos primeiros 40 anos da República, denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política. (FERREIRA ; DELGADO, 2003, p. 91).

Na obra de Lima Barreto, é possível, via ficção, constatar o retrato dessa época: a sociedade em plena República. Notam-se: favorecimento aos burgueses; questões como reforma agrária, que visavam à redistribuição de terras; totalitarismo, que oprimia os que buscassem manifestar opiniões contrárias às dos militares. Esse medo da população com relação aos militares era decorrente das ações subversivas do governo contra os que se rebelavam ou apresentavam ideias que fugiam às impostas pela República.

Segundo Barreto:

A cidade andava inçada de secretas, ‘familiares’ do Santo Ofício Republicano, e as delações eram moedas com que

se obtinham postos e recompensas. Bastava a mínima crítica, para se perder o emprego, a liberdade, - quem sabe? - a vida também. Ainda estávamos no começo da revolta, mas o regime já publicara o seu prólogo e todos estavam avisados. O chefe de polícia organizara a lista dos suspeitos. Não havia distinção de posição e talentos. Mereciam as mesmas perseguições do governo um pobre contínuo e um influente senador; um lente e um simples empregado de escritório. Demais surgiam as vinganças mesquinhas, a revide de pequenas implicâncias... Todos mandavam; a autoridade estava em todas as mãos. Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana. Os funcionários disputavam-se em bajulação, em servilismo... Era um terror, um terror baço, sem coragem, sangrento, às ocultas, sem grandeza, sem desculpa, sem razão e sem responsabilidades... Houve execuções; mas não houve nunca um Fouquier-Tinville. (BARRETO, 1998, p. 132).

Policarpo Quaresma torna-se um exemplo do que acontece aos que se rebelam. Há, nessa personagem, um ufanismo exacerbado que o faz idealizar a língua Tupi como idioma oficial brasileiro e defender a cultura nacional em todos os seus aspectos, desde alimentos tipicamente nacionais a cumprimentos genuinamente brasileiros. Policarpo, ao expressar suas opiniões, desviantes do que estava estabelecido, é tido como louco.

Esse insano desejo de ver os brasileiros valorizando a pátria levou-o a seu triste fim. Após suas tentativas frustrantes de oficializar a língua Tupi, ele é considerado louco e é internado no hospício. Em outro episódio, é preso na Ilha das Enxadas – base militar que abrigava os militares presos que aguardavam

o fuzilamento – porque escreve uma carta-denúncia ao presidente. Segundo Barreto:

[...] ele atribuía a prisão à carta que escrevera ao presidente, protestando contra a cena que presenciara na véspera. [...] Não se pudera conter. Aquela leva de desgraçados a sair assim, a desoras, escolhidos a esmo, para uma carniçaria distante, falara fundo a todos os seus sentimentos; pusera diante dos seus olhos todos os seus princípios morais; desafiara a sua coragem moral e a sua solidariedade humana; e ele escrevera a carta com veemência, com paixão, indignado. Nada omitiu do seu pensamento; falou claro, franca e nitidamente. Devia ser por isso que ele estava ali naquela masmorra, engaiolado, trancafiado, isolado dos seus semelhantes como uma fera, como um criminoso, sepultado na treva, sofrendo umidade, misturado com os seus detritos, quase sem comer. (BARRETO, 1998, p. 196).

Os ideais de patriotismo e a esperança de uma nação acolhedora a seus filhos foram consumados por uma tirania soberana. Esse autoritarismo é retratado por Barreto neste fragmento:

Aqueles homens, acusados de crime tão nefando em face da legislação da época, tinham levado dous anos a ser julgados; e ele, que não tinha crime algum, nem era ouvido, nem era julgado: seria simplesmente executado! (BARRETO, 1998, p. 198).

A obra *Triste fim de Policarpo Quaresma* alcança a verossimilhança, de modo a evidenciar uma interpretação lúcida acerca do que se passou no período da Primeira República. Confirma-se, dessa forma, a interlocução entre literatura e história: a essência do discurso literário extraído do cotidiano, configurando-se como fonte para averiguação histórica.

2.2 DITADURA MILITAR EM FELIZ ANO VELHO

O golpe de 1964 desencadeou um dos períodos mais ardilosos da historicidade brasileira: a ditadura militar, que perdurou, oficialmente, de 1964 a 1985. Traçando-se um paralelo, é possível perceber que, “Após a proclamação da República, o intervencionismo militar foi uma constante da história brasileira [...]” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 17). Sob os ditames da Doutrina de Segurança Nacional, a intervenção militar era considerada uma “[...] forma de corrigir o que consideravam como desvios do meio político e dos resultados eleitorais.” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 17). Nesse sentido, a lógica do golpe consistiu em deter corretivamente a ameaça que conservadores, fundamentalistas, burgueses e militares viam no governo constitucional de João Goulart, que sucedeu Jânio Quadros após a renúncia deste.

Marcada pela demasiada contenção de direitos civis e políticos dos indivíduos que ousassem discordar de seu mecanismo, a dominação castrense dos negócios do Estado conferia aos militares múltiplas funções políticas e administrativas,

[...] manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante [...] (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 21).

Entre os artefatos que compuseram o mecanismo exercido pelo regime militar para manter-se no poder, “[...] o que mais se sobressaiu foi o aparelho repressivo, organizado e implementado pelo Serviço Nacional de Informações [...]” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 23). O Serviço alicerçava-se em ações terroristas executadas

pelos oficiais contra os indivíduos acusados de atividade subversiva ao regime, para que os militares obtivessem informações úteis ao combate de pessoas e grupos desviantes da hegemonia política ditatorial.

A obra *Feliz Ano Velho*, de Marcelo Rubens Paiva, foi escolhida por assinalar eminências históricas referentes à Ditadura Militar. O autor, filho do ex-deputado Rubens Paiva – desaparecido durante a Ditadura – narra detalhes do drama vivido pela família com a prisão de seu pai, a começar pela descrição da insolente invasão domiciliar feita por militares para convocar o ex-deputado Paiva para interrogatório:

No dia 20 de Janeiro de 1971 [...] a casa foi invadida por seis militares à paisana, armados com metralhadoras. Enquanto minhas irmãs e as empregadas estavam sob mira, um deles, que parecia ser o chefe, deu uma ordem de prisão: meu pai deveria comparecer na Aeronáutica para prestar depoimentos. Ordem escrita? Nenhuma. Motivo? Só deus sabe. (PAIVA, 1993, p. 60).

Nota-se a arbitrariedade da ação militar, uma vez que não apresentam justificativa alguma para a intimação de Paiva. Além disso, observa-se a inibição causada pela presença do grupo de militares que, além de levar Rubens Paiva, manteve a família enclausurada durante todo o dia – “Não tinha sacado, mas éramos prisioneiros. O telefone fora do gancho, ninguém saía.” (PAIVA, 1993, p. 60).

Tivemos que conviver o dia todo com os caras jogando baralho, botão, vendo novela. À noite, mudou o plantão. [...] minha mãe pediu pra guardarem as metralhadoras num canto da sala. (PAIVA, 1993, p. 61).

Torna-se relevante destacar que, dos anos de chumbo marcados por crimes de lesa

humanidade que foram os da ditadura militar no Brasil, o período presidido por Emílio Garrastazu Médici foi definido como o mais truculento e desumano. Na obra, assinala-se que a intimação para prestar esclarecimentos à polícia não se deteve somente ao deputado Paiva. Após sitiarem a casa, sua esposa e filha (Eliana, 15 anos) foram levadas pelos militares, como evidenciado no seguinte trecho: “Os caras saíram, trancaram a porta, colocaram minha mãe e irmã no banco traseiro de um fusca azul.” (PAIVA, 1993, p. 61). “Minha irmã ficou só um dia presa, mas meu pai e minha mãe...” (idem, *ibidem*). Segundo Paiva, sua mãe, Maria Eunice Facciola Paiva, passou duas semanas presa, incomunicável, sendo interrogada.

Ela tinha estado no quartel da Barão de Mesquita, Polícia do Exército, treze dias numa cela individual. Foi interrogada várias vezes, sempre com as mesmas perguntas: ideias políticas do meu pai e quem frequentava a nossa casa. Entre os interrogatórios, era obrigada a ver coleções de fotos e exigiam que as reconhecesse. Mas ela só identificou a do meu pai e da família. (PAIVA, 1993, p. 62).

Não bastassem todas as violações de direitos cometidas pelos militares contra os perseguidos políticos, observa-se que a família, além da angústia sentida pelo ente que era preso, também passava por situações de constrangimento e suplício. Qualquer indício de atividade – intelectual, social ou política – que tivesse cunho ideológico contrário ao ditatorial era motivo para os militares coibirem. Para tanto, no mesmo ano em que ocorreu o golpe, o regime militar decretou o Ato Institucional nº1, o primeiro dos dezessete Atos estabelecidos durante esse governo, que legitimava o Estado de Exceção vigente. No caso de Rubens Beirodt Paiva, essa suspensão de direitos constitucionais

lhe rendeu a cassação de seu mandato, uma vez que suas inclinações políticas eram democráticas. Já a prisão foi por causa de “[...] uma carta enviada por alguns amigos exilados no Chile.” (PAIVA, 1993, p. 63), o que foi entendido, pelos agentes dos órgãos repressores, como atividade subversiva.

A descoberta dessa correspondência deu-se quando Cecília Viveiros de Castro – mãe de um brasileiro exilado no Chile – que portava as cartas, foi detida por agentes de segurança do aeroporto onde desembarcou. A obra destaca que ela “[...] foi levada para a 3ª Zona Aérea [...] comandada pelo Brigadeiro João Paulo Burnier.” (PAIVA, 1993, p. 64), para onde, um dia depois, levaram o ex-deputado Paiva. O referido local era um dos porões onde ocorriam interrogatórios regados a sessões de tortura. Segundo Cecília Castro, que era amiga da família,

[...] ela, outra mulher e [Paiva] permaneceram de pé muito tempo, com os braços pra cima, num recinto fechado. Com a longa duração do castigo, Dona Cecília fraquejou, sendo amparada por [Paiva], que estava ao lado dela. A atitude dele irritou o chefe do interrogatório, descrito como ‘um oficial loiro, de olhos azuis’, que atacou [Paiva] e começou a surrá-lo. – Vocês vão matá-lo! – gritou uma das mulheres. (PAIVA, 1993, p. 64).

Percebe-se, então, a essência brutal da conduta dos militares contra os presos políticos. Segundo Paiva (1993, p. 62), quando seu pai foi levado, a censura da imprensa não estava tão rigorosa e todos os dias saíam artigos nos jornais

[...] sobre o ‘desaparecimento’ de Rubens Paiva. No entanto, as declarações do governo eram tergiversáveis e apresentavam alto teor de cinismo. Em resposta aos artigos publicados nos jornais, o governo chegou a afirmar que

Rubens Paiva não estava preso, tampouco sua mulher e filha haviam passado pela prisão. Mais tarde, a afirmação de que o ex-deputado não estava preso caiu por terra. Ao ser preso, ele ‘foi guiando o próprio carro, que ficou estacionado no quartel da Barão de Mesquita.’ (PAIVA, 1993, p. 62).

Quando a tia de Marcelo foi recolher o veículo, “[...] os caras deram um recibo com o timbre do Exército.” (idem, *ibidem*), que contradizia a versão de que ele não estava preso no quartel da Polícia do Exército, localizado exatamente onde o carro estava, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca – RJ. Com o recibo, “[...] foram impetrados três pedidos de *habeas corpus*, mas nada aconteceu.” (PAIVA, 1993, p. 62). Desde o desaparecimento, a família sofria a angústia de não saber nenhuma informação sobre o ex-deputado. Um mês depois, Marcelo Paiva assinala que,

No dia 20 de fevereiro, o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid disse pra minha mãe que meu pai tinha sofrido ‘alguns arranhões’, mas que voltaria em breve para casa. As reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana passaram a ser secretas, depois do caso. Mesmo sob censura, a imprensa pegava no pé. Finalmente, no dia 24 de fevereiro, saiu no Diário Oficial da União o que até hoje é a versão do Exército: “SEGUNDO INFORMAÇÕES DE QUE DISPÕE ESTE COMANDO, O CITADO PACIENTE, QUANDO ERA CONDUZIDO PARA SER INQUIRIDO SOBRE FATOS QUE DENUNCIAM ATIVIDADE SUBVERSIVA, TEVE SEU VEÍCULO INTERCEPTADO POR ELEMENTOS DESCONHECIDOS, POSSIVELMENTE TERRORISTAS, EMPREENDENDO FUGA PARA LOCAL IGNORADO...” (PAIVA, 1993, p. 63).

A versão oficial dada pelo Exército não convenceu a família. Mas não havia o

que fazer, afinal de contas, não havia provas. Logo, oficialmente, não havia crime. Tornase relevante destacar como, há muito, essa questão da oficialidade deixa a história omissa a detalhes imprescindíveis à compreensão global dos fatos. Acerca da ditadura militar, isso pode ser percebido com tintas fortes, uma vez que os arquivos oficiais do governo eram mantidos em um acervo secreto, ou seja, não havia como trazer as provas das violações dos direitos humanos à tona durante o período ditatorial.

Nessa perspectiva, confirma-se a capacidade da literatura para evidenciar os pormenores de uma realidade que não se encerra no que é posto oficialmente. Na obra, nota-se a lacuna que se estabelece na vida dos familiares diante da falta de informações contundentes acerca do desaparecido. Relata-se que,

Depois da anistia ficou-se sabendo das barbaridades cometidas nos porões dos quartéis. Até soube que um repórter, que estava próximo do ex-Presidente Médici no aeroporto de Recife, ouviu alguém dizer que Rubens Paiva fora morto. Segundo o repórter, nosso ex-Presidente riu e falou pro senador Vitorino Freire:- Acidente de trabalho. (PAIVA, 1993, p. 65).

Registra-se que a Lei da Anistia foi promulgada pelo último presidente militar, João Batista Figueiredo, em 1979, ou seja, oito anos após a prisão do ex-deputado Paiva. A referida lei prevê:

É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e

aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. (Art. 1º, nº 6.683, de 28 de agosto de 1979).

A lei supracitada, embora assegurasse o direito de exilados e clandestinos retomarem suas atividades após toda a perseguição repressiva dos militares, teve um efeito colateral contrastante: os torturadores e colaboradores do regime militar também se beneficiaram dela. Esse dado é polêmico, pois se discute, ainda, a possibilidade de que a lei tenha violado algumas convenções previstas na Declaração Universal de Direitos Humanos, como o Artigo V, por exemplo: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.” (Declaração Internacional dos Direitos Humanos). Entretanto, os crimes cometidos contra a humanidade nos porões da ditadura militar foram abrandados pela Lei nº 6.683.

Mais de quarenta anos após a instauração do regime militar, a interpretação dessas evidências contidas na obra *Feliz Ano Velho* pode repercutir como o relato do que, hoje, é de conhecimento geral. No entanto, ressalva-se que, à época do lançamento do livro (1982), não havia, ainda, muito distanciamento histórico em relação à ditadura. Embora as recorrências criminosas tenham sido parcimoniosamente reveladas, a tortura como política de estado ainda era um dado velado.

Recentemente, em 18 de novembro de 2011, a Casa Civil da Presidência da República criou a lei da Comissão Nacional da Verdade, com a seguinte finalidade:

[...] examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período [de 18 de setembro de 1946 até

a data da promulgação da Constituição Federal (5 de outubro de 1988)], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (Art. 1º, Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011).

Ainda que nenhuma medida seja capaz de recompensar os danos causados pelas atrocidades dos aparelhos de repressão da ditadura, essa Comissão propiciou a abertura de alguns acervos de documentos oficiais do regime militar, o que possibilitou a investigação mais apurada acerca do que houve com os desaparecidos políticos.

Sob a coordenação de Cláudio Fonteles, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) conseguiu avançar consideravelmente rumo à elucidação do caso Rubens Paiva. Em 2013, de acordo com as investigações e a análise de documentos, até então secretos, confirmou-se que Rubens Beirodt Paiva fora encaminhado pelo QG-3, equipe CISAer (Centro de Inteligência da Aeronáutica) ao Destacamento de Operações Internas – DOI – do I Exército, em 21 de Janeiro de 1971. Ou seja, os rumores citados na obra *Feliz Ano Velho* só vieram a ser confirmadas, oficialmente, mais de trinta anos depois.

Em 1986, em depoimento, Amílcar Lobo, Tenente-Médico do Exército, sem precisar a data, mas certo de que fora em Janeiro de 1971, afirmou ter sido chamado para atender Rubens Paiva nas dependências do Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Declarou ainda que o paciente apresentava, em termos médicos, condição de abdômen em tábua (hemorragia abdominal) e que, “[...] face ao estado clínico apresentado naquela oportunidade por Rubens Paiva, teria o mesmo apenas algumas horas de vida”. (FONTELES, 2013, p. 6). Portanto, as declarações confirmam a tortura e a morte de Rubens Paiva. Ou seja, as

hipóteses levantadas na obra já denunciavam a verdade sobre a prisão do ex-deputado.

Confirma-se, portanto, que o texto literário configura-se, também, como uma fonte documental que deve ser considerada e entrecruzada com outras fontes para a elucidação de fatos históricos. Constatase, assim, a potencialidade da obra literária como reflexo da realidade e substrato para questionamentos acerca dos fatos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o diálogo intrínseco entre Literatura e História não faz com que as duas disciplinas percam sua autenticidade. Pelo contrário, há uma colaboração mútua em suas especificidades, pois o autor, ao compor uma obra, parte de uma contextualização, na qual inserirá os elementos ficcionais, constituindo, assim, o enredo de sua obra. Desse modo, possibilitará ao interlocutor extrair a verossimilhança presente no discurso literário, que serve, por isso, como objeto de estudo histórico que suplanta os documentos oficiais.

As teorias explanadas evidenciam concepções que instrumentalizam essa interlocução entre literatura e história. A mimese e a reflexão da realidade consubstanciam-se e compreendem a arte como uma ferramenta estética que traduz a experiência humana. A nova história cultural, por sua vez, ampliou suas fontes investigativas,

de modo a reconhecer a necessidade da investigação problematizada em detrimento da opacidade meramente factual. Denota-se que ambas têm afinidades que devem ser desveladas e, sobretudo, aproveitadas. Trata-se, portanto, de um diálogo espontâneo e profícuo.

Por meio da obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, foi possível reconhecer as instabilidades social, econômica e até mesmo política da época, que, de maneira original, evidencia-se porque vai de encontro ao ufanismo e ao ideário do major Quaresma. Em *Feliz Ano Velho*, concebe-se, por meio de uma escrita que ultrapassa o caráter intimista, o panorama tortuoso da época, marcada pela violação de direitos e crimes contra a humanidade. As respectivas obras materializam as concepções teóricas que balizaram a pesquisa.

As obras analisadas foram contempladas porque são narrativas que apresentam notáveis recortes históricos, contextualizando-se em momentos emblemáticos da historicidade brasileira: Primeira República e ditadura militar. Assinala-se, assim, o caráter singular da ficção literária, capaz de redimensionar a realidade, partindo dela e transgredindo-a, prestando-se, inclusive, como substrato para questionamentos políticos.

Depreende-se, portanto, que não há como dissipar um entrelaçamento de ideias tão espontâneo e fluido, pois a historicidade pulsa o literário e a literatura exala história. Origina-se, assim, um diálogo amalgamado e ininterrupto entre as duas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 5. ed. São Paulo: FTD, 1998. (Coleção grandes leituras).

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm . Acesso em: 20 maio 2013.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.4).

_____. **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.1).

FONTELES, C. **Rubens Beyrodt Paiva**. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/publicacoes/claudio/publicacoes_rubens_paiva.pdf>. Acesso em: 05 maio 2013.

GOMES, Á. C.; VECHI, C. A. **Introdução ao estudo da literatura**. São Paulo: Atlas, 1991.

LE GOFF, J. **A história nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (Orgs.). **A história nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MENDONÇA, C. V. C.; ALVES, G. S. **Da alegria e angústia de diluir fronteiras: o diálogo entre a história e literatura**. *In*: Revista Cantareira; v.4. 2009.

PAIVA, M. R. **Feliz ano velho**. 79 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 12.528, de 18 de Novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm> . Acesso em: 20 maio 2013.

SAMUEL, R. (Org.). **Manual de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Novo manual de teoria literária**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SENA, T. Inventariando decepções: a devastação da guerra em Triste Fim de Policarpo Quaresma. **Revista Literatura e Autoritarismo** - Dossiê Imagens de Devastação, Santa Maria, n. 8, jun. 2012. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie08/art_05.php>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SINHORI, J.; GOMES, C. Aparecida Nascimento. Literatura testemunhal na ditadura militar: conexões entre História e Literatura. **Revista Interfaces**, Guarapuava, v.1, p. 83-92, ago. 2010. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/913/959>. Acesso em: 15 nov. 2012.